

O ESTALIDO CHILENO EM 2019: UMA REVOLTA NACIONAL EM UMA ONDA GLOBAL DE MOBILIZAÇÕES

THE 2019 CHILEAN “ESTALLIDO”: A NATIONAL UPRISING IN A GLOBAL WAVE OF MOBILIZATIONS

Geoffrey Pleyers

Investigador no Fundo Nacional para a Investigação Científica (FNRS) e professor de Sociologia na Universidade Católica de Louvain (Bélgica), onde coordena o grupo de investigação Social Movements in the Global Age (SMAG). É doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, 2006), onde estudou com Alain Touraine. Atualmente é presidente da Associação Internacional de Sociologia (2023-2027). Seus principais livros são: *Alter-globalization: becoming actors in the global age* (Polity Press, 2010) e *Social movements in the 21st century* (CLACSO, 2018). É editor de mais de 20 livros e revistas, incluindo *Chile en movimientos* (CLACSO, 2023), que coordenou com Karla Henríquez. Entre os artigos recentes, estão: "Por uma sociologia global dos movimentos sociais: para além do globalismo metodológico e do extractivismo" (*Globalizations*, 2023), "A guerra de deuses no Brasil: da teologia da libertação a Bolsonaro" (*Educação e Sociedade*, 2020) e "Sociologia global: quatro transformações" (*Global Dialogue*, 2023).

RESUMO

Este artigo busca analisar o despertar chileno à luz da onda global de movimentos sociais e revoltas cidadãs que surgiram de 2010 em diante, em todas as regiões do mundo. Realizaram-se entrevistas, observações diretas e análises da revolta chilena e de uma série de movimentos sociais ocorridos nesse período. Com base nesses resultados, o artigo propõe destacar oito características compartilhadas por essas mobilizações internacionais que contribuem para uma análise do movimento chileno e de seus impactos, quais sejam: as escalas e os espaços da ação; a forma de organização reticular e “adhocrática”; as demandas formuladas em termos de dignidade, justiça social e democratização; as dimensões subjetivas desses movimentos; as dimensões expressivas e artísticas; os espaços de encontro e de experiência; as dimensões interseccionais; e a evolução da relação com a política institucional. Analisar o movimento chileno por meio das características compartilhadas com revoltas e movimentos da “onda global de movimentos dos anos 2010” convida a mudar o olhar sobre os impactos da explosão social. Além de seus impactos no curto prazo na política institucional, intenta-se considerar as marcas do movimento em distintos âmbitos da sociedade chilena, sem negar nem a importância das mudanças políticas, nem o peso dos atores conservadores.

PALAVRAS-CHAVE: Revolta Chilena; movimentos sociais; mudança social; subjetividade; democracia.

ABSTRACT

This article analyzes the Chilean Awakening in light of this global wave of social movements and citizen revolts that emerged since 2010 in all regions of the world. Based on interviews, direct observations and analysis during the Chilean outbreak and a series of international mobilizations throughout the decade, the author points to eight characteristics shared by these international mobilizations that contribute to an analysis of the Chilean movement and its impacts: the scales and spaces of action; the form of reticular and adhocratic organization; the demands formulated in terms of dignity, social justice and democratization; the subjective dimension of these movements; the expressive and artistic dimensions; the spaces of encounters and experience; the intersectional dimensions and the evolution of the relationship to institutional politics. The last section invites us to make the link between social movements, institutional politics and social change more complex. Without denying the importance of political processes, reducing social movements to their impact on institutional politics is an analytical bias that prevents us from understanding some fundamental dimensions of these actors and the most crucial part of the change they drive.

KEYWORDS: Chilean Awakening; social movements; social change; subjectivity; democracy.



O despertar chileno à luz da década global dos movimentos sociais

A revolta que se iniciou em 18 de outubro de 2019 no Chile é um acontecimento histórico que marcou profundamente a história do país e os cidadãos que participaram dele. Foi um evento profundamente impregnado pela cultura política chilena, assim como o contexto político, social e econômico do país. Também pelos movimentos sociais que abalaram o país na década anterior, em particular o movimento estudantil de 2011, as mobilizações massivas contra os fundos de pensão privados (MIRANDA, 2023) e o movimento feminista de 2018. Igualmente, por diferentes escândalos que indignaram a consciência nacional, como as revelações sobre os maus-tratos e abusos que crianças e adolescentes sofreram nas instituições do Serviço Nacional de Menores (SENAME), os escândalos de corrupção e os abusos da elite política e econômica.

Embora tenha sido um acontecimento exclusivamente chileno, a explosão social também fez parte de uma onda global de movimentos sociais que sacudiram países em todas as regiões do planeta desde 2011 (BRINGEL; PLEYERS, 2017). Essa onda teve uma força particular em 2019, como ocorreu na América Latina (BRINGEL; MARTÍNEZ; MUGGENTHALER, 2021), Irã, Líbano e Sudão. Essa onda global de movimentos não se materializa numa rede que coordena os ativistas de todos os continentes, menos ainda numa organização internacional. Tal como o movimento global de 1968 ou a primavera dos povos que sacudiu a Europa em 1848, os atores que compõem esse movimento global atuam de maneira descentralizada e se organizam em âmbito nacional e local. Compartilham, entretanto, muito mais que táticas, um uso eficaz das redes sociodigitais e um repertório de ação comum (como são a ocupação de praças centrais nas cidades ou os gráficos urbanos que representam uma forte dimensão expressiva desses movimentos) e táticas. Em todos os continentes, e sob regimes políticos muito diferentes, cidadãos e ativistas formularam demandas similares: mais democracia, maior justiça social e, sobretudo, dignidade (PLEYERS, 2018). Também aprenderam uns com os outros.

Analisar o despertar chileno à luz dessa onda global de movimentos sem cair em um “globalismo metodológico” (PLEYERS, 2023) requer superar a falsa dicotomia entre o “nacional” e o “global”. Como todos os movimentos dessa onda, o despertar chileno é ao mesmo tempo um movimento profundamente nacional e parte de um movimento global. Considerar o movimento chileno como componente de um movimento global não tem como propósito negar seu caráter nacional nem suas especificidades. Pelo contrário, convida a ver e analisar tal movimento à luz de características compartilhadas com mobilizações similares em outros países e, portanto, beneficiar-se do atraso analítico e dos aprendizados desses movimentos para entender melhor algumas características e desafios do que se conheceu como o despertar chileno. Sob essas perspectiva, uma sociologia global dos movimentos sociais pode nos ajudar a entender a natureza e os desafios dos movimentos sociais contemporâneos, partindo de experiências similares em outros países.

Nessa contribuição, classifiquei em oito categorias algumas características que compartilham tanto o “despertar chileno” como outros movimentos contemporâneos que buscam a democracia, a justiça social e a dignidade.

Escalas e espaços

Mobilizações nacionais. Uma característica compartilhada por movimentos, revoltas e explosões sociais que surgiram desde 2011 é a inscrição de suas lutas e suas reivindicações em um marco nacional. Seu foco organizativo ocorre em escala nacional (GLASIUS; PLEYERS, 2013; DELLA PORTA, 2015). Esse enfoque os distingue de movimentos da década anterior, que tinham como alvo as instituições internacionais (como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional) e se reuniam em eventos regionais ou globais, como os Foros Sociais Mundiais.

Uso intenso das redes sociodigitais. Desde o surgimento das redes sociodigitais durante a década de 2000, mudou a forma como os movimentos são organizados e vividos (ROVIRA, 2017), ao ponto em que alguns analistas se referiram a eles como “as revoluções Twitter”. As redes sociodigitais proporcionaram plataformas para difundir o movimento chileno (também conhecido por sua hashtag #18º, como o #15M espanhol, de 2011) e organizá-lo, expressar suas demandas, compartilhar os motivos de indignação e o repertório de ação, estabelecer comunicação entre os participantes, assim como oferecer informação alternativa aos meios de comunicação de massa.

Entretanto, desde 2011, o que caracterizou muitos protestos não foi o trânsito do “real” ao “virtual”, mas a combinação do uso massivo das redes digitais com a “territorialização” dos movimentos, colocando no eixo de seu repertório de ação a ocupação de espaços públicos nos centros das cidades (seja de maneira permanente, como a Praça Tahrir no Cairo ou a Praça do Sol em Madrid; seja de maneira cotidiana, porém intermitente, como a Praça da República em Paris ou a Praça Dignidad em Santiago, onde os participantes não acampavam no local, mas regressavam todos os dias no fim da tarde). Em outros países, foram marchas cotidianas ou semanais as que ocuparam o espaço público, social, político e midiático. Em quase todos esses casos, as manifestações foram complementadas com assembleias populares nos bairros, impulsionadas pela intenção de se reapropriar do território, reforçar o tecido social e abrir espaços de participação. Os movimentos contemporâneos articulam (e não opõem) o ativismo digital e o mundo “real”; as redes sociodigitais de informação e os meios de comunicação tradicionais; as campanhas *on-line* com as mobilizações nas ruas e as ocupações de praças.

Outra forma de organização, outras formas de ativismo

Outro ponto comum às explosões sociais e revoltas desta década é que as organizações e as militâncias tradicionais não ocuparam um papel central. Os cidadãos saíram à rua em nome de sua indignação, e não por uma convocatória de organizações, sindicatos ou líderes políticos. E mais, na maior parte das ocupações de praças durante os anos 2010 foram proibidas bandeiras e cartazes de partidos, organizações militantes e, com frequência, até de associações – ver, por exemplo, Türkmen (2016), no caso da Turquia. Ao ponto em que analistas – inclusive no Chile – consideraram tais revoltas como “não organizadas” e insistiram na necessidade de “organizar” o movimento para obter resultados concretos. O sociólogo árabe Assef Bayat (2017) se refere a esses cidadãos aparentemente não organizados como “não movimentos sociais”. Na Tunísia, a revolução surpreendeu muitos ativistas de esquerda que demoraram a compreender o que estava acontecendo. Foi só depois de várias semanas que o principal sindicato, a Union Générale Tunisienne du Travail (UGTT, Sindicato Geral dos Trabalhadores da Tunísia), se envolveu no processo como organização. Esse cenário se reproduziria nas revoltas cidadãs ao longo da década. No Chile, militantes do Partido Comunista e das organizações de esquerda levaram anos esperando uma revolta social contra o neoliberalismo, porém se encontraram desorientados quando explodiu a revolta cidadã em outubro de 2019, perguntando-se qual era seu papel e seu lugar naquele movimento sem precedentes. Muitos também se perguntaram quais eram as organizações que o tinham impulsionado, já que não podiam conceber que nenhuma organização determinada estivesse por trás da explosão da revolta.

A ausência de organização formal não significa que os cidadãos e ativistas desses movimentos estivessem desorganizados. Pelo contrário, se organizaram, porém de outra maneira, seguindo outras lógicas. Em lugar de organizações formais, os cidadãos e os ativistas optaram por redes fluidas, grupos de afinidades e redes “adhocráticas”, definidas como “estruturas organizativas fluidas nas quais os membros que a compõem num primeiro momento adotam papéis *ad-hoc* para cumprir um propósito pessoal, com base em projetos de vida individuais que posteriormente são interpretados como objetivos coletivos” (HENRÍQUEZ, 2020, p. 42).

Dignidade, democracia e justiça social

A revolução tunisiana de 2011, a primeira desta “década dos movimentos sociais”, se autodenominou “a revolução da dignidade”. Ao final do decênio, os chilenos também puseram a dignidade no centro de sua revolta. Na cidade de Santiago, a praça que concentrou as manifestações e ocupações foi batizada de “Praça Dignidade”, utilizando tal palavra em inumeráveis *slogans* e trabalhos gráficos. Entre a década de 1990 e 2000, filósofos e sociólogos associaram a dignidade com o repertório do reconhecimento, com um valor “pós-materialista”. Entretanto, o que caracteriza os movimentos da década de 2010 é a estreita vinculação que

estabelecem entre as dimensões socioeconômicas e culturais ao afirmar e exigir dignidade, assim como em cada uma de suas reivindicações e práticas. As diversas entrevistas que realizei com ativistas de diferentes movimentos ao redor do mundo confirmam essa descoberta. Para eles, a dignidade se associa estreitamente tanto com dimensões de reconhecimento como com demandas sociais e econômicas: "A dignidade é a possibilidade de viver sem ter que pedir dinheiro pra [sic] minha mãe toda semana quando já tenho 25 anos. Se tenho um trabalho e posso ganhar a vida, posso caminhar de cabeça erguida".¹ Da mesma forma, o que os chilenos pediram durante a revolta de 2019 é que o Estado trate cada um com dignidade e garanta a todos condições materiais para "viver dignamente". "O que mais afeta nossa dignidade é o caso dos idosos que têm que viver com 100 mil pesos, que no Chile não é nada. Este dinheiro mal dá para comprar medicamentos. Evidentemente, é um ataque à dignidade das pessoas".²

Embora as reivindicações sociais tenham sido importantes e, com frequência, centrais, as principais mobilizações cidadãos desde 2011 ficaram longe de um "anticapitalismo", muitas vezes projetado pelos próprios intelectuais e militantes da esquerda radical. Desde as revoluções árabes de 2011 até as explosões de revoltas na América Latina em 2019, os cidadãos exigiram poder viver dignamente de seu trabalho e pôr fim aos abusos e privilégios das elites econômicas e políticas. Não obstante, em nenhum país esses movimentos cidadãos para a democracia questionaram as bases do sistema capitalista, à diferença de setores importantes dos movimentos ambientalistas, indígenas e alterglobalistas. Ao contrário, no mundo árabe, os jovens reclamaram a possibilidade de ter um lugar nesse sistema (KHOSROKHAVAR, 2012). No caso chileno ocorre algo similar. A desigualdade e a injustiça econômica, social e política constituem as maiores fontes de indignação e de mal-estar (ARAUJO, 2021) que foram alimentando esses movimentos. O que pedia a maior parte dos manifestantes era o direito a viver dignamente de seu trabalho, de ter a possibilidade de poupar para assegurar uma aposentadoria digna, de não ter que se endividar para estudar, e uma distribuição menos injusta de renda. Tais demandas refletem a ruptura com as crenças no modelo neoliberal e meritocrático por uma parte da população (CORTÉS, 2022) e que apresentava o Chile como um "oásis" de estabilidade, desenvolvimento e bem-estar entre os vizinhos latino-americanos. Também revelam uma moderação das demandas do movimento, que por uma parte pediu reformas constitucionais e um capitalismo menos injusto, mas que ao mesmo tempo não buscava uma mudança radical e um modelo de sociedade alternativo ao capitalismo.

¹ Depoimento de jovem tunisiano, 2013.

² Depoimento recolhido em novembro de 2019.

Uma forte dimensão subjetiva

As subjetividades individuais e coletivas se afirmam e se constroem nos movimentos sociais. Isso ocorreu em todos os lugares onde eclodiram essas revoltas. Os movimentos sociais brindam espaços favoráveis à experimentação, à egossintonia e à subjetivação, onde a autoprodução e a agência se reforçam mutuamente (PLEYERS, 2016). Esses espaços e eventos constituem uma experiência efêmera, porém intensa e significativa na vida dos jovens ativistas (McADAM, 1989) e costumam ter um impacto de longo prazo em seu compromisso social e político, assim como em sua visão de mundo e sua subjetivação.

Para aqueles que participaram, a revolta não foi só uma experiência coletiva e política, mas também uma vivência profundamente pessoal. Ao relatar as próprias vidas e escutar os demais nas praças, muitos desenvolveram um olhar reflexivo sobre suas experiências pessoais e o modelo meritocrático. “Abriram os olhos”, repetiam os ativistas nas entrevistas como nos trabalhos gráficos ao redor da Praça Dignidade.

A experiência da revolta levou a questionar as promessas do sistema meritocrático e neoliberal por meio da própria subjetivação, entendida como a construção de si como pessoa e a concepção da vida que se quer viver. Ademais, a participação no movimento culminou, para muitos, em um profundo questionamento pessoal. Depois de dedicar a maior parte de seu tempo e sua energia ao trabalho (ARAUJO; MARTUCCELLI, 2012), muitos entrevistados expressaram sua vontade de “recuperar sua vida”. Um trabalhador presente na Praça Dignidade, em 2019, se expressou nestes termos durante a entrevista:

Em uma oportunidade, me perguntei: ‘Em que momento nos convertimos nisto?’. Porque vivíamos estressados, cansados. Trabalhava em um banco, entrava às sete da manhã e às vezes ia até duas da manhã! Que vida tinha com minha família? [...] Desde 18 de outubro, há algo, um fenômeno, que não consigo identificar ainda com a mudança. A única coisa que sei é que me sinto feliz. [...] É um mundo tão egoísta. Ensinarão-nos a ser egoístas. Nestes 20-25 anos, não nos ensinaram a ser pessoas, mas a ser “neoliberais”. [...] Eu não sei em que nos convertemos. Quando isto aconteceu conosco? Em que minuto me aconteceu isto? A mim, trancado no mundo do trabalho – trabalhar, trabalhar, trabalhar –, e não percebi como aconteceu. Trinta anos se passaram!

Dimensões expressivas e artísticas

Nos diferentes lugares onde estouraram revoltas e movimientos cidadãos desde 2011, surgiram criações artísticas que refletem a indignação ante a injustiça, a raiva da violência Estatal e a demanda por justiça social. Embora a revolução tunisiana não tenha conseguido dar



um futuro à juventude do país e seu legado democrático na política institucional ficou em grande medida desmantelado, impregnou profundamente a subjetividade dos cidadãos, em particular a dos jovens, sua relação com o Estado, com a sociedade e com eles mesmos. A expressão dessas subjetividades se plasma, em particular, em um dinamismo e uma criatividade artística que toca todos os campos, desde o cinema até a arte de rua (SAIDANI, 2018).

No Chile, a revolta também revelou uma criatividade artística de múltiplas expressões. Nas paredes do centro de Santiago, assim como nas de Bogotá (Colômbia) e muitas outras cidades, floresceram murais e lemas poéticos. Permaneceram vários anos nas paredes do centro de Santiago como sedimentos da revolta e de sua criatividade. Outros participantes se expressaram através de bordados e *arpilleras*. Durante os primeiros meses da revolta apareceram a cada semana canções dedicadas a ela. Em suma, não se pode relatar e menos ainda entender a explosão da revolta sem seus poemas sem os relatos subjetivos de cidadãos e pesquisadores que viveram o movimento, e sem suas fotos de murais que deram vida à revolta chilena (GANTER *et al.*, 2022).

A criatividade e a afirmação da subjetividade não são apenas meios utilizados no compromisso com uma causa. Constituem o coração da resistência diante da invasão do mundo experimentada pelas forças da globalização neoliberal. A reivindicação dessa subjetividade se opõe ao processo de submissão e formatação por parte do sistema, que é tanto econômico como cultural. Além da tradução de algumas das reivindicações do movimento à política institucional, o movimento trata, sobretudo, da afirmação das subjetividades e do mundo da vida diante do sistema.

Além da convergência: espaços de encontros

Um elemento chave desses movimentos é que proporcionaram espaços e dispositivos nos quais os participantes teceram relações sociais densas e profundas. As praças se tornaram “espaços de experiência”, entendidos como “lugares distanciados da sociedade capitalista que permitem aos atores viver de acordo com seus próprios princípios, construir relações diferentes, expressar sua subjetividade, e que favorecem os processos de subjetivação” (PLEYERS, 2010, p. 39). Os que foram à Praça Dignidade falaram com desconhecidos, compartilharam as dificuldades de suas vidas e suas esperanças e abriram-se uns aos outros não só sobre suas convicções comuns, mas também suas dúvidas políticas e existenciais, com a fragilidade da experiência e os processos de subjetivação. Essas relações de confiança, a abertura e a atenção ao outro que caracterizou as relações sociais na Praça Dignidade, contrastaram com a “sociedade da desconfiança” que domina as relações sociais cotidianas no Chile como em muitos outros países.

Esse encontro com os outros também ocorreu no âmbito coletivo. Um ponto em comum entre muitos dos movimentos e revoltas “das praças” é o encontro de categorias sociais que



habitualmente não se misturam, nem na vida cotidiana, nem nas mobilizações sociais. Aqueles que estiveram na Praça Dignidade recordarão as bandeiras de times de futebol rivais flamulando acima da estátua de Baquedano. Aqueles que fizeram parte da primeira linha também recordarão o apoio de alguns membros das “barras bravas” que usaram sua experiência em confrontos com a polícia nos estádios para defender a praça ocupada. O mesmo ocorreu no Cairo (Egito) durante a revolução de 2011 quando os “ultras” de clubes rivais se aliaram para defender a Praça Tahrir frente às forças armadas ou no movimento de Gezi, em Istambul (Turquia), em 2013.

Movimentos interseccionais

Tal como mencionado anteriormente, os “movimentos da década de 2010” se caracterizam por uma estreita articulação de reivindicações econômicas e culturais (materialistas e pós-materialistas) (PLEYERS, 2018), assim como por uma dimensão interseccional que se reforçou ao longo da década.

A feminização dos movimentos sociais já era um elemento chave das mobilizações no início da década. As mulheres tiveram um protagonismo central na revolução tunisiana, no 15M espanhol e, mais ainda, no movimento de Gezi, em 2013 (TÜRKMEN, 2016), entre outros movimentos. Isso foi sendo reforçado ao longo da década, como no caso do movimento democrático no Sudão, assim como no movimento “Mulher, liberdade, vida” no Irã, em 2022, para citar os casos mais emblemáticos. Além de seus protagonistas, essa feminização se deve à crescente influência de uma cultura e de práticas feministas nesses movimentos sociais. Materializa-se notavelmente na importância do cuidado entre ativistas, na atenção aos demais participantes, em outro estilo de liderança e na produção de espaços nos quais as relações humanas podem expressar-se por meio do cuidado mútuo.

A dimensão feminista foi crucial na revolta chilena, prolongando o movimento feminista nacional que surgiu com força em 2018. A *performance* do coletivo As Teses encontrou um eco global e foi reproduzido em diferentes países. A revolta também gerou a maior marcha feminista da história do Chile: o 8 de março de 2020. Mais importante ainda são seus ecos em âmbito pessoal e na produção de relações entre os cidadãos. Quando perguntei o que a revolta havia mudado, uma jovem ativista me respondeu: “Desde o 18 de outubro falamos de nossas emoções na hora do jantar em família”.³

Outra dimensão interseccional do movimento que se repetiu em muitos países foi o encontro entre cidadãos urbanos e a etnia dominante com atores populares e/ou de etnias dominadas pelo estado nacional e colonial. Em Nova York (EUA), o Occupy Wall Street foi um momento importante do encontro entre estudantes e ativistas de movimentos sociais

³ Depoimento de estudante de Direito, 21 anos. Santiago, novembro de 2019.

estabelecidos, em sua maioria brancos, com ativistas negros de bairros mais populares da cidade. Durante esses intercâmbios, forjaram-se relações de confiança e de apoio que culminaram tanto em ações de solidariedade quando bairros populares foram inundados pelo furacão Sandy, em 2012, como na força que tomou o movimento Black Lives Matter anos mais tarde. Em Istambul, a ocupação da Praça de Gezi foi o cenário de encontro entre ativistas turcos de classe média com ativistas e cidadãos do povo curdo, oprimido e reprimido pelo regime turco. Ali forjaram-se relações de confiança interpessoais, iniciativas de apoio mútuo entre as causas dos dois povos, confluindo na exigência de um país mais democrático e contra a opressão e repressão do governo federal de Erdogan. Esses encontros impulsionaram uma nova perspectiva sobre os ativistas curdos e reforçaram o novo partido a favor da paz na Turquia, o Partido Democrático do Povo (HDP, na sigla original), que obteve 13% dos votos em âmbito nacional nas eleições de 2015, antes de ser intensamente reprimido pelo governo de Erdogan.

No Chile, a forte presença das bandeiras mapuche e pichações nesse idioma, tanto em Santiago como em outras cidades do país, simbolizou uma das dimensões mais significativas da revolta: o encontro entre ativistas e movimentos urbanos, com elementos da cultura, a cosmovisão e a identidade mapuche. Como explicam Fernando Pairican e Juan Porma (2023), “a *mapurbidad* não só esteve presente, mas teve um papel político e simbólico fundamental”.

Nesse sentido, a revolta também teve uma dimensão decolonial e contribuiu para ampliar uma “plurinacionalidade a partir de baixo” (PAIRICAN, 2022). Portando as bandeiras mapuche, os jovens presentes na Praça Dignidade procuravam mostrar o componente indígena de sua identidade ou sua solidariedade com o povo mapuche. Dessa forma, fizeram a denúncia da repressão, do roubo das terras por parte do Estado chileno (PU LOV Y LAS COMUNIDADES LAVKENCHE EN RESISTENCIA, 2017), assim como a invisibilização da identidade e da cultura mapuche na construção colonial da identidade chilena. Esse encontro contribuiu para uma transformação da perspectiva de muitos jovens sobre seu país. Como ocorreu em outros países latino-americanos com o movimento zapatista ou com o “SumakKawsay”/“Bem Viver”, a cosmovisão dos mapuches se converteu numa inspiração para uma nova geração de ativistas no momento de pensar nossas relações com a natureza (da qual formamos parte), o que significa uma vida digna, e a realidade pluricultural de um país. Também se traduz em uma forma diferente de conceitualizar a democracia (PAIRICAN; PORMA, 2023; DÍAZ; PACHECO, 2002), não só com o indivíduo-cidadão situado no centro do modelo liberal da democracia, mas também com sujeitos de direitos coletivos e nações distintas que devem ser reconhecidos e protegidos pelas democracias do século XXI, e que podem tornar-se atores inovadores delas para fazer frente a desafios maiores de nossa época, que vão desde a mudança climática e a preservação da natureza até a promoção de relações sociais mais harmoniosas.

Relação com a política institucional: um pragmatismo político?

Se reduzir os movimentos sociais a seus impactos na política institucional é um erro, ignorar sua relação com essa arena e seus atores também o é. Nesse âmbito, os movimentos da década de 2010 conheceram uma evolução significativa. No início do período, as revoltas cidadãos e ocupações de praças, incluindo as revoluções árabes (KHOSROKHAVAR, 2012), o 15M espanhol, Occupy Wall Street, o movimento de Gezi na Turquia ou os de junho de 2013 no Brasil, adotaram majoritariamente uma postura antipartidária e anti-institucional (falsamente qualificadas de “antipolítica” por alguns analistas). Eles se centraram mais em práticas não representativas e prefigurativas (PLEYERS, 2010), implementando a horizontalidade e os valores democráticos do movimento nas próprias assembleias, assim como nos comitês temáticos realizados nas praças.

Os protestos massivos de junho de 2013 no Brasil também se opunham a todos os partidos políticos e exigiam maior justiça social e uma democracia mais participativa (BRINGEL; PLEYERS, 2019). A rejeição a um militantismo político mais clássico pela maioria dos atores desses movimentos deixou um vazio na política eleitoral. Em alguns países, esse espaço foi ocupado por líderes carismáticos progressistas que, embora estivessem fora do movimento, se identificavam com algumas demandas (como o Podemos na Espanha, o Partido Trabalhista de Jeremy Corbyn no Reino Unido ou as campanhas de Bernie Sanders e Alexandra Ocaso Cortéz nos Estados Unidos). Esse espaço político foi ocupado por atores da ultradireita. O autoritarismo cresceu nos países árabes e as revoluções pacíficas na Síria e em Bahrein foram reprimidas, deixando dezenas de milhares de mortos. Na Turquia, o ambiente democrático de Gezi deu lugar a um giro autoritário, marcado por assassinatos de atores políticos, sociais ou culturais curdos, junto com a detenção de centenas de opositores do presidente Erdogan. No Brasil, as passeatas de 2013 foram animadas por demandas e atores progressistas, que pediam mais democracia, mais igualdade, menos violência de Estado e melhores serviços públicos. No entanto, um ano depois, a direita retomou a liderança do ciclo de protestos (BRINGEL; PLEYERS, 2019), promovendo um golpe de Estado institucional contra a presidenta Dilma Rousseff, instituindo as políticas neoliberais do governo Temer.

Na América Latina, a distância entre os movimentos e a política institucional é tradicionalmente menor que em outros continentes. Embora os movimentos dos anos 2010 tenham aberto um espaço para a cooptação política, também introduziram inovações políticas, buscando articular a lógica dos movimentos com a política partidária. Por exemplo, no Brasil, surgiram inovações políticas como as candidaturas plurinominais (FARIA, 2020) que permitiram incrementar o número de ativistas nas eleições locais e no conselho municipal sem perder a autonomia das redes ativistas diante da lógica partidária.

Nesse panorama, o caso chileno se destaca como um dos mais interessantes em termos das traduções dos movimentos na arena político-institucional. A revolta contribuiu para a histórica

eleição à Presidência da República de um dos líderes de um movimento anterior, o movimento estudantil de 2011, no qual a liderança e o protagonismo de atores políticos eram muito mais fortes. Como na Espanha e em outros países, surgiram inovações políticas, novos partidos e alianças eleitorais, como é o caso da Frente Ampla. A tradução mais inovadora do dinamismo dos movimentos sociais encontrou provavelmente sua expressão mais interessante na primeira Assembleia Constituinte, na qual o povo chileno elegeu uma maioria de membros independentes dos partidos políticos. Resultou em uma das propostas de Constituição mais progressistas em escala global. Por sua vez, ampliou o desafio da conexão entre essa lógica ética dos movimentos sociais com a lógica política (GARRETÓN, 2016), assim como o desafio de articular esse processo com setores majoritários da população chilena.

Movimentos sociais, política e mudança social

Em uma conjuntura política e social complexa é importante lembrar que o impacto das revoltas e dos movimentos cidadãos na política institucional é raras vezes direto, e com frequência não vai em direção aos movimentos. Por exemplo, algumas semanas depois do Maio de 1968, com a mais ampla greve operária na França desde a Segunda Guerra Mundial e a revolta estudantil que se tornou um símbolo global, as eleições nacionais de junho de 1968 deram a mais ampla vitória aos partidos de direita desde 1945. Na história mais recente das Américas, vale lembrar que cinco anos separam os protestos massivos de “Junho 2013” de cidadãos que pediam um Brasil mais justo e mais democrático, da vitória eleitoral do líder da extrema direita Jair Bolsonaro. Cinco anos é também o lapso que separa Occupy Wall Street da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. No Chile, a sucessão de movimentos sociais históricos e em sua época sem equivalente desde a ditadura, como o movimento estudantil de 2011 e o movimento Não Mais AFP, não impediu o regresso ao palácio La Moneda de Sebastián Piñera, o empresário que mais encarnava o sistema que esses movimentos denunciaram. Sua reeleição em 2017 convida a matizar os impactos imediatos dos movimentos progressistas e a não ignorar a agência e a capacidade de adaptação dos atores que buscavam manter a “matriz sociopolítica chilena” (GARRETÓN, 2016) e conseguiram limitar a profundidade das mudanças sociais impulsionadas pelo movimento estudantil.

Os vínculos entre revoltas sociais e políticas institucionais nunca são simples. E os movimentos sociais são muito mais que a busca de influência na arena da política institucional. Reduzir os movimentos sociais a seus impactos na política institucional ou ao âmbito eleitoral constitui uma linha analítica que impede entender algumas dimensões fundamentais desses atores e uma parte importante da mudança que impulsionam. Por exemplo, o impacto do movimento feminista não se resume a uma série de leis que afirmaram a igualdade de gênero, outorgaram o direito a votar ou permitiram o aborto. Contribuiu para transformar a



subjetividade e o comportamento das mulheres e dos homens na vida cotidiana, na esfera profissional e no espaço público e privado.

O primeiro propósito dos movimentos sociais não é mudar a política institucional, mas sim mudar a sociedade, produzi-la, para retomar a formulação de Alain Touraine. Embora seja verdade que junho de 1968 deu a mais ampla vitória eleitoral à direita francesa, o impacto histórico dessas eleições foi menor que o do movimento social e cultural de maio de 1968. Ninguém se lembra das eleições de junho 1968, enquanto maio desse mesmo ano marcou profundamente a sociedade francesa, ficando como um ponto de inflexão e uma referência global. Não podemos negar a importância da batalha parlamentar ou da preparação do processo constitucional. A chegada ao poder de líderes reacionários como Trump e Bolsonaro teve impactos funestos sobre a vida de milhões de estadunidenses e de brasileiros e resultou na morte de dezenas de milhares de vítimas adicionais da covid-19. No entanto, uma dimensão fundamental de movimentos e revoltas, como o Maio de 1968 em Paris, o 15M e os Indignados, é precisamente questionar a centralidade da política institucional nos mecanismos de mudança social. Isso não quer dizer que não contem, mas que a mudança principal não virá dali. Os movimentos progressistas da década de 2010 nos recordam que a democracia não consiste apenas nas instituições e nas eleições. Trata-se de viver a democracia como uma experiência, nas práticas cotidianas, e como uma ética pessoal (PLEYERS, 2018).

Conclusão

Analisar a revolta chilena dentro da onda de movimentos e revoltas cidadãos que comoveram países e regimes políticos em todas as regiões do mundo desde 2011 proporciona uma compreensão mais ampla das contribuições e dos desafios do movimento chileno, em termos das dinâmicas sociais, culturais e políticas que impulsionou e fortaleceu.

O destino desses movimentos, assim como a dinâmica social e política nos distintos países abordados, recorda-nos que a mudança social a um mundo mais justo e democrático não é um processo linear. Ocorre por avanços e retrocessos, pela euforia de compartilhar com milhares de pessoas nas praças públicas ou de vitórias políticas e sociais. Também ocorre pelas decepções quando processos eleitorais desvelam que os atores do movimento democratizador são minoria entre a população do país, ou que o Estado consegue reprimir as aspirações democráticas de maneira violenta, porém eficaz.

Da mesma forma, os ensinamentos dos movimentos sociais em diferentes países convidam a integrar melhor o protagonismo dos atores e movimentos reacionários nas análises dos movimentos sociais contemporâneos. Também contribuem para matizar o otimismo ilusório de uma transformação rápida e sem limbo a uma sociedade mais justa e democrática. O Chile já passou por essa etapa. Seis anos depois do histórico movimento estudantil de 2011, Sebastián

Piñera regressou à Presidência da República. Demonstrou a capacidade de adaptação da direita (CORTÉS, 2022), porém não invalidou a dinâmica dos movimentos sociais. Pelo contrário. O movimento Não Mais AFP atingiu seu auge em 2017. Um ano depois ocorreu o mesmo com o movimento feminista de 2018. Em 2019, aconteceu a revolta, e um ano depois de sua explosão se iniciou o processo da Assembleia Constituinte. Para realizar uma análise, ainda precisamos de muita pesquisa histórica e sociopolítica.

Enquanto isso, torna-se mais evidente que o “despertar chileno” não se limitou a seus impactos políticos. Forma parte dos movimentos sociais no sentido forte que Alain Touraine (1978) deu a este conceito: atores que levam suas lutas ao plano da historicidade, que buscam transformar os modelos culturais centrais de uma sociedade. A revolta atravessou todas as dimensões da sociedade chilena, assim como os indivíduos e coletivos que participaram dela. Impulsionou processos transformativos em múltiplos âmbitos, desde a política até a vida cotidiana e as relações familiares, resultando em uma profunda transformação do que significa ser chileno no século XXI.

Referências

- ARAUJO, K. (coord.). *Hilos tensados: para leer el octubre chileno*. Santiago: USACH, 2021.
- ARAUJO, K.; MARTUCCELI, D. *Desafíos comunes: retrato de la sociedad chilena y de sus individuos*, Santiago: LOM, 2012.
- BAYAT, A. *Revolution without revolutionaries: making sense of the Arab Spring*. Stanford: Stanford University Press, 2017.
- BENNANI-CHRAÏBI, M.; FILLIEULE, O. Pour une sociologie des situations révolutionnaires. Retour sur les révoltes arabes. *Revue Française de Sciences Politiques*, [s. l.], v. 62, n. 5-6, p. 767-796, 2012.
- BRINGEL, B.; MARTÍNEZ, A.; MUGGENTHALER, F. (orgs.). *Desbordes. Estallidos, sujetos y porvenires en América Latina*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2021.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. June 2013, five years later: Polarization and reconfiguration of activism. In: PUZONE, V.; MIGUEL, L. (eds.). *The brazilian left in the 21st century*. Londres: Palgrave, 2019.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. *Protestas e indignación global*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- CORTÉS, A. *Chile: fin del mito*. Santiago: RIL, 2022.
- DELLA PORTA, D. *Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis*. Cambridge: Polity Press, 2015.
- DÍAZ POLANCO, H.; PACHECO C. *México diverso*. Ciudad de México: FCE, 2002.
- FARIA, F. Epistemologia emancipatória de coletivos políticos, *Simbiótica*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 33-48, 21 dez. 2020.



- GANTER, R. *et al.* (eds.). *El despertar chileno: revuelta y subjetividad política*. Buenos Aires: CLACSO, 2022.
- GARRETÓN, M. A. *La gran ruptura: institucionalidad política y actores sociales en el Chile del siglo XXI*. Santiago: LOM, 2016.
- GLASIUS, M.; PLEYERS, G. The global moment of 2011: Democracy, social justice and dignity. *Development and change*, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 547-567, 2013.
- HENRÍQUEZ K. Participación juvenil con centralidad en el sí mismo: adhocracias en un grupo de estudios chileno. *Revista Estudios Avanzados*, [s. l.], v. 33, p. 40-51, 12 out. 2020.
- KHOSROKHAVAR, F. *The New Arab Revolutions that shook the world*. Boulder: Paradigm, 2012.
- LAINE, S. ; SUURPÄÄ, L., LTIFI, A. Respectful resistance: young musicians and the unfinished revolution in Tunisia. In: OINAS, E.; ONODERA, H.; SUURPÄÄ, L. *What politics? Youth and political engagement in Africa*. Amsterdam: Brill, 2017. p. 58-73.
- McADAM, D. The biographical consequences of activism. *American Sociological Review*, [s. l.], v. 54, n. 5, p. 744-760, out. 1989.
- MIRANDA, N. No más AFP. Juntos contra el sistema de pensiones en Chile. In: HENRÍQUEZ, K.; PLEYERS, G. (coord.). *Chile en movimientos*. Buenos Aires: CLACSO, 2023. p. 123-133.
- PAIRICAN, F. *La vía política Mapuche: apuntes para un Estado plurinacional*. Barcelona: Editorial Paidós, 2022.
- PAIRICAN, F.; PORMA, J. La revuelta anticolonial. El pueblo Mapuche en el Estallido y su camino a una Constitución Plurinacional. In: HENRÍQUEZ, K.; PLEYERS, G. (coord.). *Chile en movimientos*. Buenos Aires: CLACSO, 2023. p. 85-98.
- PLEYERS, G. De la subjectivation à l'action. Le cas des jeunes alter-activistes. In: PLEYERS, G. ; CAPITAINE, B. (eds.). *Mouvements sociaux: quand le sujet devient acteur*. Paris: MSH, 2016. p. 27-47.
- PLEYERS, G. For a global sociology of social movements. *Globalizations*, [s. l.], v. 20, 2023.
- PLEYERS, G. *Movimientos sociales en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- PLEYERS, G. *Alter-globalization: becoming actors in the global age*. Cambridge: Polity, 2010.
- PU LOV Y LAS COMUNIDADES LAVKENCHE EN RESISTENCIA. *¡Xipamün Pu Ülka!* La usurpación forestal del Lavkenmapu y el proceso actual de recuperación. Santiago: Libros del Perro Negro, 2017.
- ROVIRA, G. *Activismo en red y multitudes conectadas*. Ciudad de México: Icaria, 2017.
- SAIDANI, M. Post-revolutionary tunisian youth art. In: OINAS, E.; ONODERA, H.; SUURPÄÄ, L. *What politics? Youth and political engagement in Africa*. Amsterdam: Brill, 2018. p. 111-123.
- TOURAINÉ, A. *La voix et le regard*. Paris: Seuil, 1978.
- TÜRKMEN, B. La subjectivité des femmes 'çapulcu' à Gezi. In: PLEYERS, G.; CAPITAINE, B. *Mouvements sociaux: quand le sujet devient acteur*. Paris: MSH, 2016. p. 49-70.

